



TEC TOY S A
CNPJ Nº 22.770.366/0001-82
COMPANHIA ABERTA
COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

Considerações Gerais:

Como nos últimos exercícios, a Companhia procurou com mais intensidade ajustar os seus estoques de matérias primas e de produtos acabados, inclusive fazendo extenso trabalho de análise criteriosa sobre itens obsoletos e de pouca ou nenhuma possibilidade de venda e provisionando estas perdas de modo a refletir um saldo de estoques efetivamente condizente com a situação patrimonial da companhia. Mesmo esforço já havia sido feito com relação à conta clientes/duplicatas a receber, e verbas concedidas a clientes e que foram ajustadas aos saldos finais da conta Clientes.

Na parte relativa às receitas, seguindo uma tendência iniciada em 2016 de procura por videogames "retro", e para a qual, naquela época, fizemos o lançamento do nosso console dos anos 90, o Mega Drive, em 2017 demos início também à comercialização do videogame Atari, outro ícone dos fãs dos modelos dos anos 1980/90.

Esta estratégia resultou num crescimento das Receitas de Vendas Líquida em 76% chegando a níveis próximos de 2015. O Lucro Bruto sobre Vendas também refletiu a estratégia de maior rigor nos preços praticados e alcançou 12,73% de margem sobre as vendas líquidas mais próximas de nossos objetivos, mas ainda insuficiente para o nosso nível de atividades.

Já nas despesas fixas deu-se continuidade à redução das mesmas com a finalidade de tornar as atividades menos onerosas.

E pelo segundo exercício completo, tivemos o modelo de negócio através da venda direta pelo comércio eletrônico, que mostrou sensível incremento como demonstraremos mais adiante. Estes números do e-commerce não apenas se refletem no aumento do faturamento como no incremento de visitas e compras no nosso site, criando uma aproximação ainda maior entre a Companhia e seus clientes.

Os acessos mensais à plataforma de e-commerce subiram de uma média de 105.000 visitas/mês no final de 2016 para uma média de 130.000 visitas/mês, de forma a representar um crescimento de 24% e o aumento da receita bruta do e-commerce em seu segundo ano completo de existência foi de 50%.

Despesas Fixas

A Companhia vem procurando como mencionado anteriormente, reduzir o peso das despesas fixas proporcionalmente ao seu novo patamar de receitas.

Assim o grupo de Despesas com Vendas, que representou 48% da Receita Líquida em 2015, 36% Receita Líquida em 2016, encerrou o ano de 2017 em 21% destas receitas.

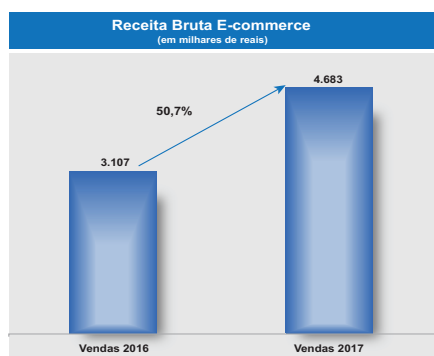
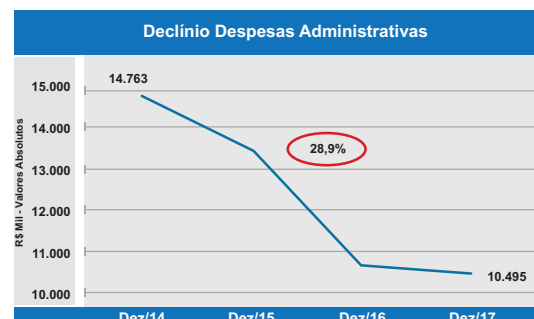
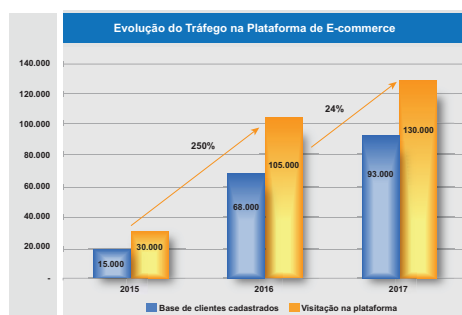
Como mencionado no relatório do exercício passado, a Assistência Técnica, que em 2015 foi responsável por quase metade do total das Despesas com Vendas, e em 2016 por 44% das Despesas Totais de Vendas daquele exercício, foi novamente o item que mais contribuiu com esta redução.

O total de despesas com Assistência Técnica foi reduzido de R\$ 3,7 milhões em 2015 para R\$ 1,2 milhão em 2016 e para 369 mil em 2017, ou seja, apenas 2,7% das Despesas com Vendas, ou ainda uma redução de 90% dos valores de dois anos atrás.

Produtos novos mais bem projetados, serviços de consertos em geral muito mais ágeis e eficientes resultaram nesta extraordinária variação.

Em relação às Despesas Administrativas, a Companhia continuou a sua tarefa de redução, chegando a uma queda adicional de 2% em relação a 2016 e a um total de 22% ou R\$ 2,9 milhões em relação ao exercício de 2015, acumulando 28,9% de queda nos quatro últimos exercícios.

Abaixo, demonstramos a redução mencionada:



Considerações Finais:

O exercício de 2017 mesmo com todas as melhorias mencionadas nas Receitas Líquidas e no controle das despesas, apresentou um resultado negativo expressivo, fruto de um nível ainda muito baixo de receitas para o atual tamanho da empresa e dos ajustes mencionados, mas que espelham com mais fidelidade a situação dos ativos.

Nada nos leva a crer que o cenário macro econômico se altere significativamente no ano de 2018, e nossa estratégia de busca de maiores margens e menores despesas continuarão sendo o nosso objetivo.

Para 2018 lançaremos uma nova versão dos consoles Atari, tanto o modelo atualizado de mesa quanto uma versão portátil. Acreditamos que o lançamento destes dois produtos, além de outros situados em outras categorias, serão de grande valia para a continuidade da busca de nossas metas e objetivos.

Serviços de auditoria

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, que dispõe sobre a divulgação, pelas entidades auditadas, de informações sobre a prestação, pelo auditor independente, de outros serviços que não sejam de auditoria externa, comunicamos ao mercado que o nosso auditor externo, a empresa Crowe Horwath Macro Auditores Independentes, além dos serviços de auditoria externa, também prestou serviço de consultoria na elaboração e revisão do ECF - Escrituração Contábil Fiscal, relativo ao ano calendário 2016 e enviado a Receita Federal em 2017 e de anos anteriores.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado		Passivo Circulante	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016			2017	2016	2017	2016
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	5	201	131	205	132	Empréstimos e financiamentos	13	549	1.199	549	1.199
Clientes	6	2.664	6.429	2.664	6.702	Fornecedores	14	3.001	3.177	3.011	3.207
Estoques	7	3.248	8.343	3.248	8.343	Impostos e contribuições a recolher		197	156	224	163
Impostos a recuperar		649	662	666	680	Salários e encargos sociais		657	508	700	539
Despesas antecipadas e outros	9	464	421	468	421	Provisão para propaganda e outras	15	377	583	377	583
Partes relacionadas	8	571	339	-	-	Outras contas a pagar	16	1.613	745	1.613	745
Total do ativo circulante		7.797	16.325	7.251	16.278	Total do passivo circulante	8	50.037	36.831	50.037	36.831
Não circulante											
Depósitos judiciais	9	4.746	5.487	4.746	5.487	Fornecedores	14	9.279	10.955	9.279	10.955
Imobilizado	11	3.064	5.549	3.071	5.561	Provisão para perda com investimento	10	619	103	-	-
Intangível	12	602	973	602	973	Provisões para contingências	17	192	2.850	192	2.850
Total do ativo não circulante		8.412	12.009	8.419	12.021	Total do passivo não circulante		10.090	13.908	9.471	13.805
Total do ativo		16.209	28.334	15.670	28.299	Patrimônio Líquido					
						Capital social integralizado	18	165.989	165.989	165.989	165.989
						Adiantamento para futuro aumento de capital	18	5.950	5.950	5.950	5.950
						Reservas de capital		5.249	5.249	5.249	5.249
						Reserva de lucros (Incentivos fiscais)		154	154	154	154
						Prejuízos acumulados		(227.654)	(206.115)	(227.654)	(206.115)
						Participação dos acionistas não-controladores		(50.312)	(28.773)	(50.312)	(28.773)
						Total do passivo e patrimônio líquido		16.209	28.334	15.670	28.299

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	Capital social		Reservas de capital		Reservas de lucros		Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social integralizado	Adiantamento para futuro aumento de capital	Bonus de de subscrição	Ágio em subscrição	Debêntures não conversíveis	Incentivos fiscais			
Saldo em 31 de dezembro de 2015	169.489	5.950	2.495	227	2.527	154	(197.265)	(16.423)	(16.423)
Aumento de capital	(3.500)	-	-	-	-	-	(3.500)	-	(3.500)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(8.850)	-	(8.850)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	165.989	5.950	2.495	227	2.527	154	(206.115)	(28.773)	(28.773)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(21.539)	-	(21.539)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	165.989	5.950	2.495	227	2.527	154	(227.654)	(50.312)	(50.312)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	15.173	8.143	15.818	8.765
Outras despesas e receitas operacionais	(9.649)	4.389	(9.217)	4.399
	5.524	12.532	6.601	13.164
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo dos produtos vendidos	(11.937)	(5.761)	(12.255)	(6.098)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(7.524)	(7.262)	(7.555)	(7.314)
Perda/recuperação de ativos	-	(2.169)	-	(2.169)
	(19.461)	(15.192)	(19.810)	(15.581)
Valor adicionado bruto	(13.937)	(2.660)	(13.209)	(2.417)
Depreciação e amortização	(159)	(966)	(164)	(970)
Valor adicionado líquido produzido	(14.096)	(3.626)	(13.373)	(3.387)
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado da equivalência patrimonial	(516)	(211)	-	2
Receitas financeiras	5.447	11.403	5.387	11.376
Valor adicionado total a distribuir	(9.165)	7.566	(7.986)	7.991
Distribuição do valor adicionado				
Remuneração do trabalho	5.252	6.411	5.722	6.776
Impostos, taxas e contribuições	1.739	1.837	1.774	1.888
Remuneração de capital de terceiros	5.383	8.168	5.394	8.177
Remuneração dos acionistas	(21.539)	(8.850)	(20.876)	(8.850)
Valor adicionado total distribuído	(9.165)	7.566	(7.986)	7.991

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Prejuízo líquido do exercício	(21.539)	(8.850)	(21.539)	(8.850)
Total do resultado abrangente do exercício	(21.539)	(8.850)	(21.539)	(8.850)
Atribuível a:				
Acionistas da Companhia	(21.539)	(8.850)	(21.539)	(8.850)
Participação dos não controladores	-	-	-	-
	(21.539)	(8.850)	(21.539)	(8.850)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Receita operacional líquida	22	13.437	7.394	14.044	7.981
Custo dos produtos e serviços vendidos	23	(11.937)	(8.068)	(12.255)	(8.405)
Lucro (prejuízo) bruto		1.500	(674)	1.789	(424)
Despesas com vendas	23	(2.946)	(2.847)	(2.946)	(2.847)
Despesas administrativas	23	(9.992)	(10.196)	(10.495)	(10.703)
Outras receitas/despesas operacionais	24	(9.649)	1.346	(9.880)	1.451
Resultado da equivalência patrimonial		(516)	(211)	-	2
Prejuízo antes do resultado financeiro		(21.603)	(12.582)	(21.532)	(12.546)
Resultado financeiro	25	64	3.732	(7)	3.696
Prejuízo líquido do exercício		(21.539)	(8.850)	(21.539)	(8.850)
Atribuível a:					
Acionistas da Companhia		(21.539)	(8.850)	(21.539)	(8.850)
Participação dos não controladores		-	-	-	-
Prejuízo básico por ação	19	(4,07372)	(1,67382)	(4,07372)	(1,67382)
Prejuízo diluído por ação	19	(4,07372)	(1,67382)	(4,07372)	(1,67382)

continua...

Continuação...

Foram aprovadas e emitidas as seguintes novas normas pelo IASB, as quais não estão em vigência e não foram adotadas de forma antecipada pela Companhia. A Administração avalia os impactos de sua adoção conforme mencionado abaixo:

-IFRS 9 – Instrumentos financeiros (NBC TG 48 “Instrumentos Financeiros”) - Substitui a norma IAS 39 e remete algumas questões sobre a aplicação da norma e introduz o conceito de “valor justo contra os resultados abrangentes” para a mensuração de alguns tipos de instrumentos de dívida, além de incluir requerimentos de reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade de ativos relacionados ao registro de perdas esperadas com créditos sobre os ativos financeiros e compromissos de renegociação destes créditos e contabilidade de hedge. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia está atualmente avaliando o impacto total da norma, e optou por não adotar antecipadamente essa norma.

-IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes (NBC TG 47 “Receitas de Contratos com Clientes”) – Estabelece princípios de reconhecimento de receita e divulgação de informações sobre a natureza, montante, prazos e incertezas de receitas e fluxos de caixa que se originem de contratos com clientes de uma entidade, bem como no documento emitido posteriormente esclarece sobre aspectos importantes da norma. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia acredita que a aplicação dessas alterações não terá impacto sobre suas demonstrações financeiras e optou por não adotar antecipadamente essa norma.

-IFRS 16 – Arrendamento (NBC TG 06 (R3) “Operações de Arrendamento Mercantil”) - Estabelece aspectos de reconhecimento, mensuração e divulgação de arrendamentos. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A Companhia acredita que a aplicação dessas alterações não terá impacto sobre suas demonstrações financeiras e optou por não adotar antecipadamente essa norma.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Caixa e bancos	96	94	100	95
Aplicações financeiras	105	37	105	37
	201	131	205	132

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários e a fundos de renda fixa, remunerados a taxas que variam entre 95% e 105% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

6. Contas a receber C

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
No País	2.683	7.538	2.683	7.911
Cartão de crédito	-	93	-	93
PECLD	-	(1.183)	-	(1.283)
Ajuste a valor presente	(19)	(19)	(19)	(19)
	2.664	6.429	2.664	6.702

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Vencimentos				
De 0 a 30 dias	175	853	175	854
De 31 a 180 dias	46	299	46	299
De 181 a 360 dias	378	429	378	429
Há mais de 360 dias	139	4.456	139	4.788
Vincendos	1.945	1.594	1.945	1.634
	2.683	7.631	2.683	8.004

A Administração efetuou a análise detalhada dos valores a receber e identificou diversos créditos vencidos de longa data, para os quais não existiam mais a possibilidade de recebimento, efetuado assim suas baixas.

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Produtos acabados e em elaboração	4.941	3.896	4.941	3.896
Matérias-primas	5.323	5.939	5.323	5.939
Perda estimada por giro lento	(7.878)	(2.518)	(7.878)	(2.518)
Importações em andamento	862	1.026	862	1.026
	3.248	8.343	3.248	8.343

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possui uma perda estimada de giro lento e obsolescência no montante de R\$7.878 (R\$ 2.518 em 2016). No exercício de 2017 a movimentação das perdas estimadas é referente a adições no montante de R\$ 5.360 (R\$ 2.650 em 2016).

8. Partes relacionadas

Durante o ano de 2017, em função do atraso no recebimento dos clientes da Tectoy Entretenimento Digital, foram realizados novos empréstimos para a controlada, conforme posição abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Ativo				
Tectoy Entrel. Digital			571	339
Empréstimo de capital de giro			571	339
Passivo				
Eagle Brazil Invest LP			46.309	36.831
Steluc Participações Ltda			3.728	36.831
Empréstimo de capital de giro			50.037	36.831

Resultado financeiro gerado com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Resultado líquido				
Tectoy Entretenimento Digital Ltda.			(986)	4.473
Steluc Participações Ltda			(60)	(27)
Resultado financeiro líquido			(213)	-
			(1.259)	4.446

As despesas financeiras refletem os juros pactuados com a Tectoy Entretenimento Digital Ltda. e Steluc Participações Ltda, bem como a variação cambial dos contratos de mútuo com a Eagle Brazil Investment L.P.

Classificação das categorias das partes relacionadas:

Acionistas controladores da Companhia (Tectoy S.A.)

• Steluc Participações Ltda.

• Eagle Brazil Invest L.P.

Controladas

• Tectoy Entretenimento Digital Ltda.

Operações com pessoal-chave da Administração

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os valores pagos totalizam em R\$ 200 (R\$213 em 31 de dezembro de 2016). Em 31 de dezembro de 2017, os diretores da Companhia possuem 0,09% de ações ordinárias e 0,001% de ações preferenciais (0,09% de ações ordinárias e 0,001% de ações preferenciais em 31 de dezembro de 2016).

9. Despesas antecipadas e outros

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Crédito com pessoal (a)	55	74	58	74
Juros a amortizar (b)	15	13	15	13
Depósito a receber (c)	172	172	172	172
Seguros	5	15	5	15
Adto a fornecedores (d)	32	136	32	136
Depósitos judiciais (e)	4.746	5.487	4.746	5.487
Outras	185	11	186	11
Total	5.210	5.908	5.214	5.908
Circulante	464	421	468	421
Não circulante	4.746	5.487	4.746	5.487

(a) Os créditos com pessoal são regularizados sempre no decorrer do trimestre subsequente.

(b) Refere-se aos juros de duplicatas descontadas, a serem amortizados mediante vencimento dos respectivos títulos.

(c) Refere-se ao depósito judicial residual no processo junto ao INSS. Em dezembro de 2013, por decisão da Companhia, houve a adesão ao REFIS, onde o montante contingente foi inferior aquele depositado em juízo. Segundo os assessores jurídicos, espera-se resgatar o saldo residual ao longo do exercício de 2018.

(d) Os adiantamentos a fornecedores serão regularizados no início do ano seguinte.

(e) Os depósitos judiciais referem-se, basicamente, a discussão sobre o pagamento de PIS e COFINS sobre a base de ICMS dos anos de 1992 e 1993.

10. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Investidas				
Tectoy Entretenimento Digital Ltda.			(619)	(103)
			(619)	(103)
b. Movimentação dos investimentos				
Empresa			2016	2016
Tectoy Entr. Digital Ltda.	149	Resultado de Equiv. Patrimonial	(252)	(103)
Tectoy Limite d	(41)		41	-
	108		(211)	(103)
Empresa			2016	2017
Tectoy Entr. Digital Ltda.	(103)	Resultado de Equiv. Patrimonial	(516)	(619)
	(103)		(516)	(619)

Tectoy Entretenimento Digital Ltda.

A controlada Tectoy Entretenimento Digital Ltda., sediada na cidade de São Paulo, tem como objeto social o licenciamento, a comercialização e a publicação de conteúdo para celulares e dispositivos móveis.

11. Imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Descrição	Vida útil	Adições	Baixas	2016
Benefetórias em prédios de terceiros	De 3 a 5 anos	-	-	1.503
Máquinas e equipamentos	De 9 a 20 anos	10	9.332	9.332
Instalações	5 anos	-	1.184	1.184
Veículo	5 anos	222	-	222
Móveis e utensílios	De 5 a 12 anos	2.195	2	2.197
Equipamentos de informática	De 1 a 3 anos	2	(2)	2.100
Acessórios e ferramentas	De 5 a 10 anos	1.016	17	1.033
Moldes e estampas	De 11 a 15 anos	3.772	-	3.772
Total custo	21.314	31	(2)	21.343
(-) Depreciação acumulada	(15.064)	(732)	2	(15.794)
Saldo líquido imobilizado	6.250	(701)	5.549	6.264
Descrição	Vida útil	Adições	Baixas	2017
Benefetórias em prédios de terceiros	De 3 a 5 anos	-	-	1.503
Máquinas e equipamentos	De 9 a 20 anos	-	(1.478)	7.854
Instalações	5 anos	-	-	1.184
Veículo	5 anos	222	-	222
Móveis e utensílios	De 5 a 12 anos	2.197	1	2.198
Equipamentos de informática	De 1 a 3 anos	2.100	1	2.101
Acessórios e ferramentas	De 5 a 10 anos	1.033	2	1.035
Moldes e estampas	De 11 a 15 anos	3.772	563	4.335
Total custo	21.343	567	(1.478)	20.432

(-) Perdas estimadas no valor recuperável	-	-	(2.171)	(2.171)	-	(2.171)
(-) Depreciação acumulada	(15.794)	(707)	1.304	(15.197)	(15.883)	(15.291)
Saldo líquido imobilizado	5.549	(140)	(2.345)	3.064	5.561	3.071

12. Intangível

	Controladora		Consolidado			
	2016	Adições	Baixas	2017	2016	2017
Movimentação do ativo intangível						
Intangível						
Marcas e patentes	191	-	-	191	191	191
Software	3.805	-	-	3.805	3.807	3.807
	3.996	-	-	3.996	3.998	3.998
(-) Amortização acumulada	(3.023)	(371)	-	(3.394)	(3.025)	(3.396)
Intangível líquido	973	(371)	-	602	973	602

Taxas médias de amortização

Marcas e patentes	10%
Software	33%

Em conexão com o CPC 04 (R1) e Deliberação CVM nº 644/10 – Ativo Intangível, a Companhia revisa, anualmente, a vida útil dos seus ativos.

13. Empréstimos

Com o exclusivo objetivo de obter recursos para o capital de giro da Companhia, os empréstimos captados foram realizados com instituições financeiras nacionais e com parte relacionada. Abaixo, apresentamos quadro que melhor demonstra essas operações:

	Controladora		Consolidado			
	2017	2016	2017	2016		
Por faixa de vencimento						
Característica	Moeda	Vencimento	2017	2016	2017	2016
Desconto de duplicatas	Reals	0 a 120 dias	549	808	549	808
Capital de giro	Reals	0 a 90 dias	-	293	-	293
Capital de giro	Reals	91 a 180 dias	-	98	-	98
Total			549	1.199	549	1.199
Por taxa contratada						
Característica	Moeda	Taxa a.a.	2017	2016	2017	2016
Desconto de duplicatas	Reals	De 11,35% a 25,26% a.a.	549	808	549	808
Capital de giro	Reals	De 8,73% a 18,15% a.a. + CDI	-	391	-	391
			549	1.199	549	1.199

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Por tipo de recurso				
Característica	2017	2016	2017	2016
Com garantia	-	391	-	391
Sem garantia	549	808	549	808
	549	1.199	549	1.199

14. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Fornecedores nacionais	1.856	1.762	1.856	1.764
Fornecedores estrangeiros	1.145	1.415	1.155	1.443
Total circulante	3.001	3.177	3.011	3.207
Fornecedores nacionais	9.279	10.955	9.279	10.955
Total não circulante	9.279	10.955	9.279	10.955
Total fornecedores	12.280	14.132	12.290	14.162

15. Provisão para propagandas

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Provisão para descontos	175	155	175	155
Provisão para P&D	-	48	-	48
Provisão para propaganda de ações promocionais	2	176	2	176
Provisão para propaganda cooperada (bonificação)	100	61	100	61
Outras provisões	100	143	100	143
	377	583	377	583

A Rubrica “Provisão para propagandas” refere-se a ações comerciais junto aos principais clientes da Companhia.

16. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Adiantamento de clientes	1.422	420	1.422	420
Debentures	191	191	191	191
Outros	-	134	-	134
	1.613	745	1.613	745

17. Provisão para respectivos riscos tributários, trabalhistas e cíveis

Os saldos da controladora e do consolidado são apresentados da seguinte forma:

	2015		2016		2016	
	Saldo inicial	Adições	Pagamentos	Reversão	Saldo final	Saldo final
Provisões tributárias	(4.002)	(40)	-	1.382	(2.660)	(2.660)
Provisões trabalhistas	(3)	(133)	-	3	(133)	(133)
Provisões cíveis	-	(57)	-	-	(57)	(57)
	(4.005)	230	-	1385	(2.850)	(2.850)
		2016			2017	2017
Saldo inicial	(2.660)	(85)	-	2.743	(2)	(2)
Provisões tributárias	(133)	-	-	-	(133)	(133)
Provisões trabalhistas	(57)	-	-	-	(57)	(57)
Provisões cíveis	(2.850)	(85)	-	-	(192)	(192)

(a) Natureza das contingências

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e tributários, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

(b) Perdas possíveis (não provisionadas)

Em 31 de dezembro de 2017 além dos valores anteriormente mencionados, não foram computados nos montantes acima R\$ 2.754 (R\$ 1.826 em 31 de dezembro de 2016) decorrentes de causas trabalhistas, cíveis e tributárias, cuja avaliação dos assessores legais da Companhia aponta para uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações financeiras.

(c) Processos de natureza ativa

A Companhia situa-se como autora (no polo ativo das ações) em outros processos tributários, ou seja, ingressou com ações contra os vários entes tributantes a fim de recuperar tributos pagos e/ou cobrados indevidamente por tais entes. Dentre as principais ações, destacam-se a discussão judicial sobre a exclusão do ICMS na base de cálculo da Contribuição ao PIS e da COFINS, que perfaz o montante de aproximadamente R\$ 4.746. Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal finalizou o julgamento, na sistemática de repercussão geral, declarando inconstitucional a inclusão do ICMS na base de cálculo destas contribuições. Assim, a Companhia reverteu as provisões existentes no montante de R\$ 2.743 mil e está avaliando com seus assessores jurídicos o levantamento dos créditos acobertados por suas ações judiciais.

18. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 165.989 (R\$ 165.989 em 31 de dezembro de 2016), assim divididos:

	2017		2016	
	Ações ordinárias nominativas (unidade)	2.738.293	Ações ordinárias nominativas (unidade)	2.738.293
Composição das ações sem valor nominal				
Ações ordinárias nominativas (unidade)		2.548.997		2.548.997
Ações preferenciais nominativas (unidade)		5.287.290		5.287.290

b. Reserva de capital Debentures

Conforme Ata da Reunião do Colegiado da CVM nº 48, de 07 de dezembro de 2010 e OFÍCIO/CVM/SEP/GEA-1 nº 033/11 de 25 de janeiro de 2011, a Tectoy S.A., por decisão favorável do Colegiado, reclassificou as debentures especiais no valor de R\$ 2.527 (R\$2.527 em 2011) do passivo não circulante para o patrimônio líquido da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Sobre essas debentures não incidem encargos, pois são debentures não conversíveis em ações. Essas debentures são perpétuas com rentabilidade calculada com base no lucro.

c. Bônus de subscrição

Os bônus de subscrição foram subscritos no exercício de 1998 e confere aos seus tomadores o direito de subscrever, a qualquer momento, um lote de mil ações para cada bônus, sendo 12,92% em ações ordinárias e 97,08% em ações preferenciais.

d. Patrimônio líquido negativo

Continuação...

b. Base negativa de contribuição social: R\$165.331
Em conjunto com suas controladas os valores somam R\$225.942 e R\$176.962 de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, respectivamente, em 31 de dezembro de 2017 (R\$216.616 e R\$167.637 em 31 de dezembro de 2016, respectivamente).
A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa de contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, gerados a partir do exercício de 1995, sem prazo de prescrição.

27. Incentivos fiscais

A Companhia usufruiu, no período findo em 31 de dezembro de 2017, do incentivo fiscal relativo à isenção de ICMS sobre telejogos, DVDs, DVDs de vídeo karaokê, Tablets, cartuchos e acessórios no montante de R\$ 1.604 mil (R\$ 629 mil em 31 de dezembro de 2016). Este benefício é concedido às companhias localizadas no estado do Amazonas, amparado pelo Decreto nº 23.994, de 23 de fevereiro de 2009, e pela Lei nº 2.826, de 29 de setembro de 2003 que regulamenta a Política Estadual de Incentivos Fiscais e Extrafiscais do Estado. Tal crédito está reconhecido diretamente no resultado do exercício reduzindo despesas de impostos sobre vendas dentro de receitas de vendas.

28. Seguros

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros.

29. Eventos subsequentes

Em 23 de fevereiro de 2018, conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração, deliberou-se aumento de capital no valor de R\$ 47.339 mil, mediante a emissão de 12.832 mil novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal e de 11.949 mil novas ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal cujos titulares participaram em igualdade de condições a todos os direitos decorrentes da titularidade das demais ações de mesma espécie e classe já emitidas pela Companhia.

O aumento do capital social foi integralizado da seguinte forma: (i) mediante a conversão de empréstimos (mútuos) realizados à Companhia pela Eagle Brazil Investment LP (acionista controlador) no valor de R\$ 46.300 mil; e (ii) R\$ 1.039 mil subscritos em dinheiro pelos acionistas minoritários, em moeda corrente nacional.

TOMÁS DIETRICH
Diretor Presidente, Administrativo Financeiro e de Relação com Investidores

DIRETORIA
ROBERTO FAVERO
Diretor Industrial

HUMBERTO CESTARI ALEIXO
CRC 1 SP 125020/O-0
CONTADOR

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

STEFANO ADOLFO PRADO ARNHOLD
Presidente

ROBERTO FAVERO
Vice Presidente

DANTE IACOVONE
Conselheiro

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Administradores
Tectoy S.A.
São Paulo - SP
Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Tectoy S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Tectoy S.A., em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).
Base para a opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidade do auditor independente pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Ênfase - Continuidade operacional
Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia apresentou patrimônio líquido negativo no montante de R\$ 50.312 mil (R\$ 28.773 mil em 2016), e capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 48.634 mil (R\$ 26.874 mil em 2016) na controladora e R\$ 49.260 mil (R\$ 26.989 mil em 2016) no consolidado. Uma parcela substancial de suas obrigações é devida à parte relacionada, Eagle Brazil Investment LP no montante de R\$ 46.309 mil (R\$ 36.831 mil em 2016), com a qual possui um contrato de mútuo para fins de capital de giro e manutenção das operações. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na Nota Explicativa nº 1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Assim, essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas no pressuposto de continuidade normal dos negócios considerando a geração de caixa operacional ou a manutenção do suporte financeiro da parte relacionada credora da Companhia e sua controlada e não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos e passivos, que seriam requeridos no caso de descontinuidade de suas operações. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.
Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Reconhecimento de receita, custos dos produtos vendidos e despesas correlacionadas
O reconhecimento da receita deve ocorrer quando for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e esses benefícios possam ser confiavelmente mensurados; e deve ser mensurada pelo valor justo da retribuição recebida ou a receber. Os custos e despesas correspondentes à mesma transação são reconhecidas simultaneamente. (CPC 30)
Como esse assunto foi conduzido na auditoria
Avaliamos as premissas adotadas pela Companhia, levando-se em consideração as normas contábeis e atentando ao reconhecimento da receita. Os custos e despesas foram testados, atentando-se à competência da emissão do documento comprobatório, valor, classificação contábil e existência, além da correlação com o serviço prestado. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para o reconhecimento da receita existentes são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.
Valorização dos estoques
Detalhes sobre a política contábil relativa à valorização dos estoques estão descritos nas Notas "4.1-h.3 - Estoques" e "7 - Estoques" às demonstrações financeiras.
A companhia, apesar de dispor de um sistema de gestão para suporte do processo de valoração de seus estoques, ainda depende em grande medida de planilhas eletrônicas ("Excel") para a realização de diversos cálculos, inclusive referente a rateios de gastos gerais de fabricação.
Em 31 de dezembro de 2017, a administração da Companhia revisou o valor recuperável dos ativos acima referidos, e como resultado, foi identificada a necessidade de redução ao valor recuperável no montante de R\$ 5.272 mil, o qual foi registrado nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.
Como esse assunto foi conduzido na auditoria
Avaliamos a consistência entre a política contábil relacionada com os estoques e os procedimentos e testes adotados pela administração para determinação do rateio de gastos ligados a produção e apuração do valor médio dos estoques, mediante testes realizados nas planilhas eletrônicas. Ademais, realizamos uma análise de sensibilidade acerca das principais premissas utilizadas pela administração com o objetivo de observar se essas premissas, individualmente ou coletivamente, requereriam necessidade de contabilização de impairment significativamente diferente do considerado e divulgado pela administração. Também consideramos a probabilidade de tais mudanças nas premissas ocorrerem. Avaliamos a sua adequada divulgação dos ativos não financeiros nas notas explicativas às demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB.
Outros assuntos
Demonstrações do valor adicionado
As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior
As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 28 de março de 2017, com ressalvas relacionadas à ausência de relatório financeiro conciliado com as contas a receber, diferença não conciliada nos adiantamentos de clientes, bem como a ausência de recebimento de resposta de circularização de bancos, além de parágrafo de ênfase semelhante ao descrito acima.
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor
A Administração da Companhia é responsável por essas e outras informações que compreendem o relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o relatório da Administração e não expressamos de qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se este relatório está de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.
Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
● Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
● Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
● Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
● Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
● Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
● Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
Fornecemos também aos responsáveis pela Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos e assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que a lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.
São Paulo, 23 de março de 2018.

Crowe Horwath Macro Auditores Independentes
CRC 2SP033508/O-1

Sérgio Ricardo de Oliveira
Contador - CRC1SP186.070/O-8

